



Março/2013

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Concurso Público para provimento de cargos de Técnico-Administrativa

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'P16', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Objetiva Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para rascunho da Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova de Redação será corrigido.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas, fazer a Prova de Redação e transcrever na Folha de Respostas correspondente.
- Ao terminar a prova, entregue ao fiscal da sala todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



PROVA OBJETIVA

Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 1 a 6 referem-se ao texto abaixo.

Érico Veríssimo nasceu no Rio Grande do Sul (Cruz Alta) em 1905, de família de tradição e fortuna que repentinamente perdeu o poderio econômico. Malgrado, assim, um plano de estudar na Universidade de Edimburgo, viu-se na contingência de ocupar empregos medíocres, até que se fez secretário da Revista do Globo, em Porto Alegre, para onde se transferiu definitivamente. Seus primeiros trabalhos apareceram em livro, em 1932, sendo do ano seguinte o romance de estreia, Clarissa, que marca muito bem o início da sua popularidade. Desde então passou a exercer uma intensa atividade literária, tendo estado mais de uma vez em missão cultural nos Estados Unidos. Faleceu em Porto Alegre em 1975.

A obra do ficcionista, já perfeitamente definida, abrange duas etapas: uma que se estende de **Clarissa** a **O resto é silêncio**; outra que compreende o romance cíclico **O tempo e o vento**. No primeiro caso, podemos falar também numa realização seriada, unificando determinados romances que, não obstante, podem ser tomados isoladamente. Seu traço de união é determinado pela presença contínua e entrelaçada de certos personagens, destacadamente os pares Vasco-Clarissa e Noel-Fernanda, que se completam entre si e demonstram a solução ideal que o romancista pretende encontrar para as crises morais e espirituais do homem no mundo atual. Na segunda fase, o romancista preocupa-se com a investigação das origens e formação do seu Estado natal. Realiza então a obra cíclica que recebeu a denominação geral de **O tempo e o vento**, de proporções verdadeiramente épicas. Retoma a experiência técnica e expressiva da primeira fase, em que foi fecunda a influência de romancistas norte-americanos e ingleses.

(Adaptado de Antonio Candido e José Aderaldo Castello. **Presença da Literatura Brasileira. II. Modernismo**. 10.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 366-7)

1. Os autores afirmam que a obra de Érico Veríssimo apresenta duas fases que
- (A) têm em comum a continuidade entre os romances que as compõem, sendo tal característica mais específica da segunda do que da primeira fase.
 - (B) compartilham os mesmos personagens, ainda que apareçam na primeira fase num contexto universal e, na segunda, num ambiente mais propriamente regional.
 - (C) diferenciam-se pela influência exercida pelo romance norte-americano e inglês, marcante na segunda etapa e ausente da primeira.
 - (D) podem ser vistas como uma só, na medida em que as histórias narradas nos romances da primeira etapa têm continuação naqueles da segunda.
 - (E) são inteiramente distintas, tanto no que se refere aos personagens e à ambientação, como aos procedimentos formais na composição dos romances.

2. O texto estabelece relação de causa e consequência entre estes dois segmentos:

- (A) *família [...] que repentinamente perdeu o poderio econômico e viu-se na contingência de ocupar empregos medíocres.*
- (B) *presença contínua e entrelaçada de certos personagens e crises morais e espirituais do homem no mundo atual.*
- (C) *nasceu no Rio Grande do Sul e Malgrado [...] um plano de estudar na Universidade de Edimburgo.*
- (D) *família [...] que repentinamente perdeu o poderio econômico e crises morais e espirituais do homem no mundo atual.*
- (E) *viu-se na contingência de ocupar empregos medíocres e se fez secretário da Revista do Globo, em Porto Alegre.*

3. ... o romance de estreia, Clarissa, que marca muito bem o início da sua popularidade.

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está empregado em:

- (A) *Seu traço de união é determinado pela presença contínua e entrelaçada de certos personagens ...*
- (B) *Seus primeiros trabalhos apareceram em livro, em 1932 ...*
- (C) *... o romancista preocupa-se com a investigação das origens e formação do seu Estado natal.*
- (D) *Érico Veríssimo nasceu no Rio Grande do Sul (Cruz Alta) em 1905 ...*
- (E) *A obra do ficcionista [...] abrange duas etapas ...*

4. A substituição do segmento grifado pelo pronome correspondente, com os necessários ajustes, foi realizada corretamente em:

- (A) *contingência de ocupar empregos medíocres = contingência de lhes ocupar*
- (B) *que recebeu a denominação geral de O tempo e o vento = que recebeu-na*
- (C) *passou a exercer uma intensa atividade literária = passou a exercê-la*
- (D) *demonstram a solução ideal = demonstram-la*
- (E) *outra que compreende o romance cíclico O tempo e o vento = outra que lhe compreende*

5. *Érico Veríssimo nasceu no Rio Grande do Sul (Cruz Alta) em 1905, de família de tradição e fortuna que repentinamente perdeu o poderio econômico.*

O advérbio grifado na frase acima tem o sentido de:

- (A) à revelia.
- (B) de súbito.
- (C) de imediato.
- (D) dia a dia.
- (E) na atualidade.



6. *No primeiro caso, podemos falar também numa realização seriada, unificando determinados romances que, não obstante, podem ser tomados isoladamente.*

Respeitando-se a correção, a clareza e, em linhas gerais, o sentido original, a frase acima pode ser reescrita do seguinte modo:

- (A) Em que pese, no primeiro caso, podemos falar de determinados romances que é possível serem tomados de maneira isolada, igualmente o sendo numa realização seriada.
- (B) No primeiro caso, podendo serem tomados de maneira isolada, sendo possível falar também numa realização seriada, mesmo que não se unifique determinados romances.
- (C) Não obstante ser possível falar numa realização em série, no primeiro caso, unificando determinados romances, que também se toma de modo isolado.
- (D) No primeiro caso, de cujos determinados romances podem ser tomados de modo isolado, podemos falar igualmente numa realização em série, unificando-os.
- (E) No primeiro caso, ainda que possam ser tomados de maneira isolada, determinados romances podem ser unificados, falando-se também numa realização em série.

7. *O dia começava a clarear quando terminei de transportar para a pauta o primeiro movimento duma sonata. Atirei-me na cama tão extenuado, que imediatamente. Quando despertei, o sol já no zênite. à mente os acontecimentos do dia anterior e eu disse para mim mesmo: "Foi tudo um sonho." Mas não! Encontrei sobre o peito papel pautado com o primeiro movimento da sonata.*

(Erico Verissimo. *Sonata. Contos*. 10.ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987. p.74)

Preenchem corretamente as lacunas do trecho acima transcrito, na ordem dada,

- (A) *dormiria - estivera - Viera-me*
 (B) *dormia - estivera - Viram-me*
 (C) *dormi - estivesse - Viriam-me*
 (D) *dormi - estava - Vieram-me*
 (E) *dormia - esteve - Viram-me*

Atenção: As questões de números 8 a 15 referem-se ao texto abaixo.

Calendário maia que inspirou crença no fim do mundo está em Dresden

A prova de que o mundo não vai acabar fica bem atrás de uma pesada porta de metal dourada, pintada com hieróglifos. A porta leva do Museu do Livro diretamente à sala do tesouro da Biblioteca Estatal e Universitária de Dresden. As paredes são pintadas de preto, uma luz pálida dificulta a visão e um mistério parece pairar no ar.

A sala guarda escritos seculares como, por exemplo, um cone de argila da Suméria de quase 4 mil anos, um livro de orações hebraico e uma Missa em si menor, de Johann Sebastian Bach. No meio do recinto, repousa o maior tesouro, dentro de uma caixa de vidro: o mundialmente famoso calendário maia, composto de uma tira de papel amate de 3,5 metros, dobrada em 39 folhas.

É uma boa notícia que haja um calendário como o da biblioteca de Dresden, porque a maioria dos documentos da cultura maia foi destruída. "Quando os europeus conquistaram o México, os deuses maias eram tão estranhos para eles que o bispo Diego de Landa ordenou que todos os 5 mil livros maias fossem queimados", conta Thomas Bürger, diretor da biblioteca.

O calendário é originário do início do século 16, tendo sido produzido pouco antes da conquista espanhola, embora os pesquisadores não tenham uma datação mais precisa e não saibam a forma como o documento chegou da América Latina para a Europa. Relatos dão conta de que o bibliotecário e capelão da corte Christian Götze o descobriu em 1739, durante uma viagem de compras a Viena, de onde o levou para a Biblioteca Real, em Dresden.

Somente cem anos depois, descobriu-se que o documento é um manuscrito maia. O então diretor da biblioteca, Ernst Wilhelm Förstemann, conseguiu decifrar grande parte da escrita histórica, marcando o dia 21 de dezembro de 2012 como uma data importante. Nesse dia, começa um novo ciclo de 400 anos, o 14º baktun. O tão falado apocalipse é, portanto, apenas uma das possíveis interpretações dessa data.

(Adaptado de Claudia Euen. *CartaCapital*, 20 de dezembro de 2012, <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/calendario-maia-que-inspirou-crenca-no-fim-do-mundo-esta-em-dresden/>)

8. O texto permite concluir que
- (A) a descoberta de que se tratava de um documento maia teria sido fundamental para que a biblioteca de Dresden adquirisse o famoso calendário.
- (B) o começo de um novo ciclo de 400 anos, que se daria em 21 de dezembro de 2012, foi interpretado como o dia em que o mundo iria acabar.
- (C) a data de 1739 em que o calendário teria sido descoberto em Viena é apenas hipotética, pois não se sabe exatamente quando e como ele teria chegado à Europa.
- (D) o famoso calendário apenas teria sido salvo da destruição porque os espanhóis não sabiam que se tratava de um manuscrito maia.
- (E) o manuscrito é ainda tratado como um documento sagrado e apto a revelar o futuro, o que pode ser demonstrado pelo modo com que é guardado.

9. O segmento cujo sentido está adequadamente expresso em outras palavras é:
- (A) *pintada com hieróglifos* = recoberta com cifrões
- (B) *escritos seculares* = caracteres mundanos
- (C) *conseguiu decifrar* = logrou decodificar
- (D) *parece pairar no ar* = semelha ofuscar
- (E) *capelão da corte* = militar do reino

10. Atente para as frases transcritas abaixo.
- I. *Nesse dia, começa um novo ciclo de 400 anos ... (os 400 anos de um novo ciclo)*
- II. *... que haja um calendário como o da biblioteca de Dresden ... (calendários como o da biblioteca de Dresden)*
- III. *Somente cem anos depois, descobriu-se que o documento ... (as 39 folhas do documento)*
- IV. *No meio do recinto, repousa o maior tesouro ... (as 39 folhas do calendário maia)*

Considerada a substituição dos segmentos grifados pelos que estão entre parênteses ao final de cada uma das transcrições, somente deverão manter-se no **singular** os verbos das frases

- (A) I, II e III.
 (B) I, III e IV.
 (C) I e IV.
 (D) II e III.
 (E) II e IV.



11. *A sala guarda escritos seculares como, por exemplo, um cone de argila da Suméria de quase 4 mil anos, um livro de orações hebraico e uma Missa em si menor, de Johann Sebastian Bach.*

Transpondo-se a frase acima para a voz **passiva**, a forma verbal resultante será:

- (A) foi guardada.
(B) são guardados.
(C) tem guardado.
(D) é guardada.
(E) foram guardados.

12. *A porta leva do Museu do Livro diretamente à sala do tesouro da Biblioteca Estatal e Universitária de Dresden.*

O sinal indicativo de crase pode ser corretamente mantido, caso o segmento grifado na frase acima seja substituído por: **Os especialistas em cultura maia sempre**

- (A) **encarecem** ...
(B) **mencionam** ...
(C) **enaltecem** ...
(D) **citam** ...
(E) **aludem** ...

13. Sem prejuízo para o sentido e a correção, uma vírgula poderia ser colocada imediatamente depois de

- (A) **notícia**, na frase *É uma boa notícia que haja um calendário como o da biblioteca de Dresden...* (3º parágrafo).
(B) **conta**, na frase *Relatos dão conta de que o bibliotecário e capelão da corte Christian Götze o descobriu em 1739 ...* (4º parágrafo).
(C) **visão**, na frase *As paredes são pintadas de preto, uma luz pálida dificulta a visão e um mistério parece pairar no ar* (1º parágrafo).
(D) **saibam**, na frase *e não saibam a forma como o documento chegou da América Latina para a Europa ...* (4º parágrafo).
(E) **ordenou**, na frase *os deuses maias eram tão estranhos para eles que o bispo Diego de Landa ordenou que todos os 5 mil livros maias fossem queimados ...* (3º parágrafo).

14. *O calendário é originário do início do século 16, tendo sido produzido pouco antes da conquista espanhola, embora os pesquisadores não tenham uma datação mais precisa e não saibam a forma como o documento chegou da América Latina para a Europa.*

O elemento sublinhado na frase acima pode ser corretamente substituído por:

- (A) conforme.
(B) quando.
(C) porquanto.
(D) conquanto.
(E) caso.

15. *É uma boa notícia que haja um calendário como o da biblioteca de Dresden ...*

O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está em:

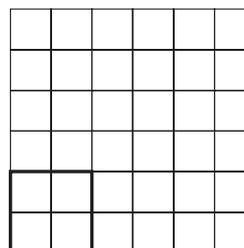
- (A) *... os pesquisadores não tenham uma datação mais precisa ...*
(B) *Relatos dão conta de que o bibliotecário e capelão da corte ...*
(C) *... de onde o levou para a Biblioteca Real, em Dresden.*
(D) *... os deuses maias eram tão estranhos para eles que o bispo ...*
(E) *Nesse dia, começa um novo ciclo de 400 anos ...*

Raciocínio Lógico-Matemático

16. Em uma montadora, são pintados, a partir do início de um turno de produção, 68 carros a cada hora, de acordo com a seguinte sequência de cores: os 33 primeiros são pintados de prata, os 20 seguintes de preto, os próximos 8 de branco, os 5 seguintes de azul e os 2 últimos de vermelho. A cada hora de funcionamento, essa sequência se repete. Dessa forma, o 530º carro pintado em um turno de produção terá a cor

- (A) prata.
(B) preta.
(C) branca.
(D) azul.
(E) vermelha.

17. Considere um quadriculado 6×6 .



Na figura, foi destacado um quadrado cujos lados têm a seguinte característica: estão totalmente contidos em linhas que formam o quadriculado. O número total de quadrados cujos lados possuem essa mesma característica é igual a

- (A) 36.
(B) 41.
(C) 62.
(D) 77.
(E) 91.



<p>18. Ao ser questionado por seus alunos sobre a justiça da avaliação final de seu curso, um professor fez a seguinte afirmação: "Não é verdade que todos os alunos que estudaram foram reprovados". Considerando verdadeira a afirmação do professor, pode-se concluir que, necessariamente,</p> <p>(A) pelo menos um aluno que estudou não foi reprovado.</p> <p>(B) todos os alunos que estudaram não foram reprovados.</p> <p>(C) pelo menos um aluno que não estudou foi reprovado.</p> <p>(D) todos os alunos que não estudaram foram reprovados.</p> <p>(E) somente alunos que não estudaram foram reprovados.</p>	<p style="text-align: center;">Legislação Institucional</p> <p>21. A função estabelecida constitucionalmente à Defensoria Pública consiste em</p> <p>(A) defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis.</p> <p>(B) desempenhar as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.</p> <p>(C) promover a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados.</p> <p>(D) fiscalizar as atividades desempenhadas pelo Poder Executivo e a implantação de políticas públicas essenciais.</p> <p>(E) elaborar projetos de lei voltados à melhoria das condições de vida da população carente e à erradicação da pobreza.</p>
<p>19. Para produzir 60% de uma encomenda, os oito funcionários de uma empresa gastaram um total de 63 horas. Como dois ficaram doentes, os outros seis funcionários terão de produzir sozinhos os 40% restantes da encomenda. Considerando que todos eles trabalham no mesmo ritmo e executam as mesmas tarefas, pode-se estimar que o restante da encomenda será produzido em</p> <p>(A) 42 horas.</p> <p>(B) 56 horas.</p> <p>(C) 60 horas.</p> <p>(D) 70 horas.</p> <p>(E) 84 horas.</p>	<p>22. O Defensor Público-Geral do Estado exerce a chefia institucional e</p> <p>(A) é nomeado pelo Governador do Estado dentre os cinco Defensores Públicos mais votados em eleição realizada através do voto secreto, plurinominal e facultativo dos membros da instituição.</p> <p>(B) deve integrar a classe especial da carreira de Defensor Público e ter mais de 35 anos de idade.</p> <p>(C) exerce, isoladamente, o poder normativo no âmbito da Defensoria Pública do Estado.</p> <p>(D) preside o Conselho Superior, sem direito a voto.</p> <p>(E) profere decisões nas sindicâncias e processos administrativos disciplinares promovidos pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública.</p>
<p>20. Na 1ª fase de um campeonato, o percentual médio de acerto de um jogador de basquete nos lances livres foi de 80%. Até o final do terceiro quarto da primeira partida da 2ª fase, esse jogador acertou 10 dos 14 lances livres que executou, resultando em aproximadamente 71% de acerto. No último quarto, porém, o jogador se recuperou de modo que, ao final da partida, seu percentual de acerto de lances livres foi igual ao da 1ª fase. Sabendo que ele não errou lances livres no último quarto, pode-se concluir que, nesse período do jogo, ele executou e acertou exatamente</p> <p>(A) 6 lances livres.</p> <p>(B) 7 lances livres.</p> <p>(C) 5 lances livres.</p> <p>(D) 9 lances livres.</p> <p>(E) 8 lances livres.</p>	<p>23. O Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul</p> <p>(A) é escolhido pelo Conselho Superior da Defensoria Pública dentre Defensores Públicos de classe especial da carreira, para mandato de dois anos, permitindo uma recondução.</p> <p>(B) exerce cargo em regime de dedicação parcial e mediante mandato de dois anos, vedada a recondução.</p> <p>(C) possui entre suas atribuições a propositura aos órgãos de administração superior da Defensoria Pública de medidas para o aperfeiçoamento dos serviços prestados.</p> <p>(D) não pode ser integrante de carreira jurídica de Estado e de Governo e é nomeado pelo Governador do Estado para mandato de dois anos, vedada a recondução.</p> <p>(E) integra, como membro nato, o Conselho Superior da Defensoria Pública, com direito a voz e a voto.</p>



Atenção: As questões de números 24 a 28 referem-se à Lei Complementar Federal nº 80/94.

24. A Defensoria Pública do Estado, ao abrir concurso público e prover os cargos de suas carreiras e dos serviços auxiliares, está agindo em observância
- (A) aos princípios institucionais da unidade e indivisibilidade.
 - (B) à sua autonomia funcional e administrativa.
 - (C) à sua competência legislativa.
 - (D) aos princípios institucionais da unidade e inamovibilidade.
 - (E) ao princípio da máxima efetividade dos direitos fundamentais.

25. A assistência jurídica integral e gratuita prestada pela Defensoria Pública do Estado NÃO abrange

- (A) a atuação na esfera administrativa do Estado, em defesa dos interesses do assistido.
- (B) a atuação, como regra, em matérias de competência da Justiça Federal.
- (C) a tutela de interesses difusos e coletivos.
- (D) a utilização de mecanismos alternativos de solução de conflitos, como a conciliação e a mediação.
- (E) o atendimento interdisciplinar.

26. Em relação aos órgãos que integram a Defensoria Pública do Estado, é correto afirmar que

- (A) a Corregedoria-Geral e a Ouvidoria-Geral são órgãos auxiliares da Defensoria Pública do Estado.
- (B) o Conselho Superior e os Núcleos Especializados da Defensoria Pública são órgãos de administração superior.
- (C) o Corregedor-Geral, enquanto órgão da administração superior, substitui o Defensor Público-Geral nas suas férias, ausências e impedimentos.
- (D) a Defensoria Pública-Geral e a Ouvidoria-Geral são órgãos de administração superior.
- (E) a Subdefensoria Pública-Geral e a Corregedoria-Geral são órgãos de administração superior.

27. Em relação à Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado, é correto afirmar que

- (A) o Corregedor-Geral é nomeado pelo Governador do Estado, em razão da independência necessária para desempenhar suas funções de fiscalização e orientação.
- (B) possui competência para decidir acerca da exoneração de membro ou servidor da Defensoria Pública do Estado.
- (C) tem a atribuição de rever as decisões dos Defensores Públicos em caso de recusa de atuação, podendo designar outro Defensor para prosseguir no atendimento do assistido.
- (D) possui a atribuição de baixar normas visando à regularidade e ao aperfeiçoamento das atividades da Defensoria Pública, resguardada a independência funcional de seus membros.
- (E) deve encaminhar, à Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública, cópia das representações recebidas contra membros e servidores da instituição.

28. A atuação da Defensoria Pública do Estado, por seus Núcleos ou Núcleos Especializados, deve dar prioridade

- (A) às cidades mais distantes da Capital e que não sejam sede de comarca do Poder Judiciário.
- (B) à atuação em demandas coletivas.
- (C) à atuação na esfera administrativa.
- (D) às cidades com maior número de habitantes.
- (E) às regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional.

29. O estágio probatório do servidor da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 13.821/11, tem como característica

- (A) a duração pelo período de dois anos, durante o qual o servidor será submetido à avaliação psicológica e psiquiátrica.
- (B) a não suspensão da contagem do período de estágio durante as licenças e afastamentos não previstos constitucionalmente.
- (C) a submissão do servidor à avaliação especial de desempenho, como condição obrigatória para aquisição da estabilidade.
- (D) a duração pelo período de três anos e a exigência, como condição para aquisição da estabilidade, apenas do não cometimento de falta funcional grave.
- (E) a sua previsão tanto para os cargos de provimento efetivo, quanto para os cargos comissionados.

30. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 13.484/10, que regulamenta a composição do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, sua formação contempla

- (A) quatro membros natos, entre os quais o Defensor Público-Geral e o Corregedor-Geral.
- (B) como membros eleitos, o Corregedor-Geral e o Ouvidor-Geral.
- (C) a igualdade entre o número de membros natos e eleitos.
- (D) quatro membros eleitos e cinco membros natos.
- (E) seis membros natos, entre os quais o Defensor Público-Geral e o Corregedor-Geral.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Noções de Direito Administrativo

31. Dentre as características passíveis de serem atribuídas aos contratos de concessão de serviço público regidos pela Lei nº 8.987/95, pode-se afirmar corretamente que há
- (A) remuneração integralmente pela tarifa, vedada qualquer outra forma de receita adicional ou acessória, pena de descaracterização do instituto.
- (B) delegação da titularidade do serviço público e remuneração pela tarifa, somada a remuneração periódica paga pelo Poder Público.
- (C) delegação da execução do serviço público e remuneração principal paga pela tarifa, admitindo-se o estabelecimento de receitas acessórias em favor do concessionário.
- (D) remuneração pela tarifa, sem prejuízo de outras receitas livremente estipuladas pelo edital de licitação, e faculdade do concessionário de rescisão unilateral do contrato na hipótese de inadimplemento do poder público.
- (E) delegação da execução do serviço público e faculdade de rescisão unilateral do contrato pelo concessionário na hipótese de inadimplemento pelo poder público.
-
32. O poder disciplinar
- (A) sujeita todos os administrados, em especial aqueles detentores de especial vínculo com a administração pública.
- (B) se destina exclusivamente à apuração de infração e imposição de sanções aos servidores públicos ocupantes de cargo público, não abrangendo outros vínculos com a administração.
- (C) se aplica às pessoas sujeitas à disciplina interna da administração pública, tais como servidores públicos integrantes da administração direta, indireta, membros do ministério público e da defensoria pública.
- (D) se expressa para aplicação de penalidades às pessoas sujeitas à disciplina interna da administração pública, sendo, no caso de servidores públicos, decorrente da hierarquia.
- (E) se traduz, dentre outras situações, pelo poder de auto-organização, por meio da edição de decreto autônomo, para estabelecimento de condutas e penalidades pelo respectivo descumprimento.
-
33. O Secretário de Estado da Justiça editou decreto para regulamentar o horário de atendimento dos fóruns estaduais, estabelecendo, diversamente do previsto na legislação estadual, que o atendimento aos advogados seria feito no período da tarde. A medida é
- (A) legal quanto à competência e ilegal quanto ao objeto, na medida em que não poderia ter contrariado a legislação estadual, devendo o decreto apenas explicitar os termos da lei.
- (B) legal, desde que o decreto não tenha restringido o número de horas de atendimento franqueadas aos advogados, apenas concentrado a disponibilidade delas no período da tarde.
- (C) inconstitucional, na medida em que a competência para editar decretos é privativa do Chefe do Executivo, não podendo o Secretário de Estado fazê-lo.
- (D) constitucional quanto à forma, pois a competência para edição de decretos é passível de delegação, mas é ilegal quanto ao conteúdo, pois contrariou a legislação vigente.
- (E) inconstitucional quanto à forma, pois a competência para edição de decretos é privativa do Chefe do Executivo, mas é legal quanto ao conteúdo, tendo em vista que a medida se encaixa na competência para edição de decretos autônomos, uma vez que trata da organização da administração.
-
34. Pelo atributo da autoexecutoriedade, a administração pública, no regular exercício de seu poder de polícia,
- (A) edita atos normativos de limitações genéricas aos direitos individuais dos administrados, indistintamente.
- (B) edita atos normativos estabelecendo atos materiais concretos passíveis de serem aplicados preventiva e repressivamente.
- (C) impõe limitações ao exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público, podendo se expressar por meio de medidas gerais ou específicas.
- (D) exerce margem de apreciação quanto a determinados elementos do ato, tornando discricionária a atuação de polícia em alguns casos.
- (E) pode executar, por seus próprios meios, suas decisões, prescindindo de autorização judicial.
-
35. Pretendendo um administrador público rever determinado ato administrativo, um aspecto que pode configurar impedimento à conduta é:
- (A) Caso o ato seja discricionário, tendo em vista que o poder da administração pública de rever os próprios atos está restrito a vícios de ilegalidade.
- (B) Caso o ato seja vinculado, tendo em vista que revisão por vício de ilegalidade deve ser feita judicialmente.
- (C) Caso se esteja diante de ato consumado, qual seja, aquele que já exauriu seus efeitos, cuja revisão depende de provocação judicial para seu desfazimento.
- (D) Caso se esteja diante de ato consumado, pois já tendo exaurido seus efeitos, tornou-se definitivo, não podendo ser desfeito, cabendo, se for o caso, responsabilização dos envolvidos.
- (E) Caso se esteja diante de vício referente a forma ou a competência, que não podem ser sanados ou convalidados.
-
36. Quando o poder público pretende que determinado serviço público seja prestado de forma descentralizada, por um ente que tenha sido criado por lei, tenha capacidade de autoadministração, sujeito ao poder de tutela da administração pública, está-se diante de
- (A) autarquia.
- (B) permissionária ou concessionária de serviço público.
- (C) sociedade de economia mista prestadora de serviço público.
- (D) empresa pública ou sociedade de economia mista prestadoras de serviço público.
- (E) concessionária de serviço público.



37. Sociedade de economia mista prestadora de serviço público precisa contratar 100 (cem) servidores para reforçar equipe de fiscalização de campo, a fim de se desincumbir de obrigações contratuais assumidas regularmente. Para tanto,
- (A) poderá promover a contratação direta de servidores públicos, desde que sob regime celetista, para ocuparem emprego público.
 - (B) deverá submeter-se a obrigatoriedade do concurso público para a contratação de seus empregados.
 - (C) poderá promover a contratação para provimento de cargos em comissão, tendo em vista que não se submete a regime jurídico de direito público, prescindindo da realização de concurso público.
 - (D) deverá realizar concurso público para a contratação de seus servidores, que se submetem a regime estatutário, embora o ente possua natureza jurídica de direito privado.
 - (E) poderá firmar contrato direto de prestação de serviço de autônomos com os novos empregados, evitando a realização de concurso público e a formação de vínculo empregatício.
38. À administração pública incumbe o exercício da função administrativa do Estado. Essa função é exercida por meio da administração direta
- (A) composta por órgãos, autarquias, empresas estatais e fundações.
 - (B) por meio de seus órgãos, e da administração indireta, que abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações.
 - (C) e da administração indireta, composta por órgãos de execução, tais como ministérios e secretarias de estado, bem como por pessoas jurídicas de direito público com finalidades atribuídas por lei.
 - (D) e da administração indireta, que abrange empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e fundações, entes dotados de natureza jurídica de direito privado.
 - (E) por meio de seus órgãos, com auxílio da administração indireta, por meio do que se denomina desconcentração, instituto que autoriza a transferência de competências quando o ente que as recebe tenha natureza jurídica de direito público.
39. Diante de nulidade identificada em processo administrativo, o posicionamento da autoridade deverá ser, considerando a Lei Complementar nº 10.098/94,
- (A) pelo aproveitamento dos atos processuais quando possível o saneamento do processo, ou seja, diante de nulidade sanável, como expressão do princípio da economia processual.
 - (B) pela nulidade do processo, ainda que não haja influência na apuração da verdade substancial, como expressão do princípio da obediência às formas.
 - (C) pela repetição de todos os atos, ainda que não haja influência na apuração da verdade substancial ou na decisão do processo, a fim de garantir a observância do princípio do contraditório e da ampla defesa.
 - (D) pela possibilidade de aproveitamento dos atos, diante de nulidade sanável, se concordes os envolvidos, como expressão do princípio da atipicidade.
 - (E) pela possibilidade de reinício do processo, independentemente de consulta ou participação dos envolvidos, em razão do princípio da oficialidade.
40. O princípio da adjudicação compulsória que instrui o procedimento de licitação, expressa-se como
- (A) a proibição à administração de revogar o certame por razões de conveniência e oportunidade, sendo-lhe possível, apenas, a anulação do procedimento por vício de ilegalidade.
 - (B) o direito do vencedor à homologação do certame e à adjudicação do objeto em seu favor, sob pena de responsabilização da administração.
 - (C) a proibição da administração de cancelar o certame e o direito subjetivo do vencedor à celebração do contrato.
 - (D) o direito subjetivo do vencedor do certame à adjudicação do objeto em seu favor e à lavratura do contrato no prazo máximo de 90 dias.
 - (E) a proibição à administração de adjudicar o objeto da licitação a outrem que não o vencedor do certame, inexistindo para esse, no entanto, direito subjetivo a celebração do contrato.
41. A administração pública celebrou contrato para a execução de um determinado serviço de saúde à população por um particular, nos termos da Lei nº 8.666/93. Diante de execução insatisfatória da prestação de serviço, que não vem atendendo o número de pessoas conforme contratado, pode a administração pública
- (A) proceder a assunção de seu objeto, por meio de suspensão temporária do contrato, rescindindo-o na reincidência.
 - (B) proceder a retomada de seu objeto, inclusive com ocupação e utilização das instalações e equipamentos do particular, para garantir a continuidade da prestação do serviço contratado.
 - (C) ajuizar medida judicial, necessária para garantir a prestação direta do serviço imediatamente, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato.
 - (D) executar as garantias contratuais e multar o contratado, somente podendo rescindir o contrato unilateralmente na hipótese da conduta não ser corrigida.
 - (E) promover contratação emergencial para substituição compulsória do contratado, sub-rogando-se o novo contratado nos direitos do contrato vigente.
42. A administração pública pretende locar um imóvel para instalar uma unidade regional, onde será feito atendimento à população, inclusive para fins de cadastro em programas habitacionais. De acordo com as especificações técnicas e posturas legais para atendimento ao público, o imóvel precisa ser amplo, com capacidade para circulação de grande número de pessoas, acessibilidade, rotas de fuga em caso de incêndio, além de outros itens de segurança etc. A orientação jurídica para essa contratação pode ser pela
- (A) dispensa de licitação, observando-se a compatibilidade do preço da locação com o valor de mercado.
 - (B) inexigibilidade de licitação, observando-se a compatibilidade do preço da locação com o valor da avaliação realizada pela própria administração.
 - (C) necessidade de procedimento simplificado de licitação, a fim de restar certificada a inexistência de imóveis similares com oferta de locação por preço inferior.
 - (D) contratação direta, prescindindo de procedimento de dispensa ou inexigibilidade de licitação, por força de autorização legal expressa.
 - (E) dispensa ou inexigibilidade de licitação, a critério do administrador, uma vez que, no caso concreto, a decisão insere-se em juízo discricionário do mesmo.



43. De acordo com a Lei Complementar nº 10.098/94, a extinção do cargo público acarreta a

- (A) disponibilidade do servidor público estável até seu aproveitamento em outro cargo.
- (B) exoneração do servidor público estável, diante da extinção do vínculo estatutário.
- (C) readaptação do servidor público em cargo da mesma estrutura da administração pública.
- (D) reversão do servidor público ao cargo que ocupava anteriormente, caso já integrasse a administração pública.
- (E) recondução do servidor, desde que estável, ao cargo imediatamente superior.

44. É sabido que a atuação da administração pública está sujeita a controle, contando aquela, inclusive, com o poder de rever seus próprios atos. Os recursos administrativos são mecanismos que podem ser utilizados pelos administrados para provocar esse reexame. A propósito deles tem-se que, nos termos da Lei Complementar nº 10.098/94,

- (A) o pedido de reconsideração deve ser dirigido à autoridade imediatamente superior à que proferiu a decisão, devidamente instruído com argumentos ou provas novas, passíveis de fundamentar a reforma.
- (B) o pedido de reconsideração, caso indeferido pela autoridade que proferiu a decisão, pode ser apresentado à autoridade imediatamente superior à que proferiu a decisão, devidamente instruído com argumentos ou provas novas, passíveis de fundamentar a reforma.
- (C) do indeferimento do pedido de reconsideração caberá recurso, que será encaminhado pela autoridade diretamente superior ao recorrente, mas dirigido à autoridade competente.
- (D) o provimento a recurso ou pedido de reconsideração não opera em caráter retroativo, permanecendo válidos os efeitos produzidos pela decisão reformada até então.
- (E) ao recorrente cabe optar por ingressar com recurso administrativo ou recurso de reconsideração à autoridade hierárquica superior, operando a decisão, caso seja de provimento, efeitos retroativos à data da decisão reformada.

45. A responsabilidade civil do Estado, quando na modalidade objetiva, dispensa a comprovação de um elemento formador do liame de responsabilidade e exige a presença de outro, quais sejam:

- (A) nexos de causalidade e força maior.
- (B) culpa e nexos de causalidade.
- (C) culpa e força maior.
- (D) nexos de causalidade e dano.
- (E) dano e culpa.

Noções de Direito Constitucional

46. O *caput* do artigo 1º da Constituição Federal prescreve que

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:...

Dentre as possíveis conclusões que se podem extrair do *caput* do artigo 1º da Constituição Federal, está aquela segundo a qual

- (A) os Estados, Municípios e Distrito Federal são Estados Nacionais soberanos e regem-se pelo princípio democrático.
- (B) os Estados, Municípios e Distrito Federal podem desmembrar-se desde que para constituírem um novo Estado nacional regido pelo princípio democrático.
- (C) o Brasil é um Estado Federal, do qual são membros os Estados, Municípios e o Distrito Federal.
- (D) são Poderes independentes e harmônicos entre si o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- (E) a Administração Pública, direta e indireta, deve pautar-se pelo princípio da impessoalidade.

47. Ao determinar que "Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei", a Constituição Federal brasileira assegurou o

- (A) princípio da legalidade.
- (B) princípio da impessoalidade.
- (C) direito à igualdade.
- (D) direito à propriedade.
- (E) direito à segurança.

48. Ao disciplinar o direito à propriedade, a Constituição Federal brasileira determina que

- (A) apenas a propriedade rural, e não a urbana, atenderá a sua função social nos termos da lei.
- (B) é vedada a desapropriação por interesse social, permitida apenas a desapropriação por necessidade ou utilidade pública.
- (C) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- (D) a propriedade rural, independentemente de sua extensão territorial, mas desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
- (E) aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, não podendo ser transmitido aos herdeiros.



49. Um grupo de alunos de determinada universidade particular criou associação civil com o objetivo de zelar pelo direito à educação dos alunos associados. Em razão de greve dos professores da universidade por longo período, não foi possível cumprir naquele ano o conteúdo programático das disciplinas dos cursos oferecidos, motivando a referida associação de alunos a organizar diversas manifestações para exigir o abatimento do valor da mensalidade escolar durante a paralisação. A violência empregada pelos alunos e pela Polícia Militar ensejou dezenas de pessoas feridas. O reitor da universidade pretende pleitear judicialmente a dissolução da associação, sob o argumento de que a entidade seria organização paramilitar. A associação, por sua vez, autorizada pelos seus filiados, intenta obter ordem judicial que reduza o valor da mensalidade escolar durante a paralisação dos professores e que determine a restituição dos valores pagos a maior em favor dos seus filiados. Diante desse quadro e considerando as normas da Constituição Federal brasileira aplicáveis ao caso, a associação
- (A) não poderá exigir judicialmente o cumprimento de direitos de que são titulares os seus associados e não poderá ser compulsoriamente dissolvida, sequer por decisão judicial.
 - (B) não poderá exigir judicialmente o cumprimento de direitos de que são titulares os seus associados e somente poderá ser compulsoriamente dissolvida por decisão judicial, ainda que não transitada em julgado.
 - (C) poderá exigir judicialmente o cumprimento de direitos de que são titulares os seus associados e não poderá ser compulsoriamente dissolvida, sequer por decisão judicial.
 - (D) poderá exigir judicialmente o cumprimento de direitos de que são titulares os seus associados e somente poderá ser compulsoriamente dissolvida por decisão judicial transitada em julgado.
 - (E) poderá exigir judicialmente o cumprimento de direitos de que são titulares os seus associados e somente poderá ser compulsoriamente dissolvida por decisão judicial, ainda que não transitada em julgado.
50. Suponha que um servidor público tenha sido condenado judicialmente, por sentença civil transitada em julgado, a reparar o dano que causou ao patrimônio público, em razão de prática de atos ilegais. Considerando que o servidor público veio a falecer posteriormente ao trânsito em julgado da sentença condenatória, e tendo em vista as disposições da Constituição Federal brasileira, a obrigação de reparar o dano
- (A) poderá ser, nos termos da lei, estendida aos sucessores do condenado e contra eles executada, até o limite do valor do patrimônio transferido.
 - (B) poderá ser, nos termos da lei, integralmente estendida aos sucessores do condenado e contra eles executada, ainda que supere o valor do patrimônio transferido.
 - (C) poderá ser estendida aos sucessores do condenado, mas não poderá ser executada contra eles, uma vez que, segundo a Constituição Federal brasileira, nenhuma pena passará da pessoa do condenado.
 - (D) não poderá ser estendida aos sucessores do condenado e contra eles executada, uma vez que, segundo a Constituição Federal brasileira, nenhuma pena passará da pessoa do condenado.
 - (E) não poderá ser estendida aos sucessores do condenado e contra eles executada, uma vez que não se trata de obrigação decorrente de prática de ilícito penal.
51. Suponha que um Estado da federação pretenda instituir critérios para determinar o estabelecimento em que os condenados cumprirão pena. Para tanto, poderá ordenar, conforme a Constituição Federal brasileira, que os condenados cumpram pena em estabelecimentos distintos de acordo com
- (A) a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado.
 - (B) o sexo, a nacionalidade do apenado e a natureza do delito.
 - (C) a idade do apenado, independentemente de seu sexo e da natureza do delito.
 - (D) a idade, cor e raça do apenado, independentemente de seu sexo.
 - (E) a cor, raça e o sexo do apenado, independentemente de sua idade.
52. Um brasileiro nato, analfabeto e com 21 anos de idade pretende filiar-se a um partido político e concorrer ao cargo de Deputado Federal nas próximas eleições. Considerando as normas da Constituição Federal brasileira a respeito da matéria, esse cidadão
- (A) não poderá concorrer ao cargo de Deputado Federal em razão de sua idade, mas poderá concorrer ao cargo de Deputado Estadual.
 - (B) não poderá concorrer a nenhum cargo eletivo, por ser analfabeto.
 - (C) não poderá concorrer ao cargo de Deputado Federal por ser analfabeto, mas poderá concorrer ao cargo de Vereador.
 - (D) não poderá concorrer a nenhum cargo eletivo, embora seja obrigado ao alistamento eleitoral e ao voto.
 - (E) poderá concorrer ao cargo de Deputado Federal, uma vez que preenche os requisitos legais para tanto.
53. É compatível com a Constituição Federal brasileira a colocação de placa de divulgação sobre uma obra pública que esteja sendo realizada por um Município,
- (A) independentemente das informações que contenha, em atendimento ao princípio da publicidade.
 - (B) que indique o nome do prefeito, a fim de que a população possa julgar politicamente sua responsabilidade.
 - (C) que não indique o nome do Prefeito, nem a Prefeitura do Município, mas somente o símbolo adotado pelo Prefeito em sua campanha, para que a população possa aferir o cumprimento de compromisso eleitoral.
 - (D) que não indique o nome do Prefeito, nem a Prefeitura do Município, mas somente uma fotografia do Prefeito como autoridade responsável.
 - (E) que indique nominalmente a Prefeitura do Município como responsável pela obra.



54. Um edital de convocação de concurso público continha, dentre outras, as seguintes regras:
- I. O presente concurso será baseado exclusivamente no critério de títulos, dispensadas as provas.
 - II. O prazo de validade do concurso será de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
 - III. Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado no concurso será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo na carreira.
- Considerando o disposto na Constituição Federal brasileira, é INCONSTITUCIONAL o que está indicado APENAS em
- (A) I e III.
 - (B) I e II.
 - (C) II.
 - (D) I.
 - (E) III.
-
55. Nos termos da Constituição Federal brasileira, é aceita a situação em que sejam acumulados, remuneradamente, havendo compatibilidade de horários, um cargo público de
- (A) professor em escola municipal, com outros dois empregos celetistas de professor em escolas públicas da rede estadual.
 - (B) professor da rede estadual, com outros dois cargos de professor, um em escola federal e outro em escola municipal.
 - (C) professor de universidade federal, com outro de pesquisador científico em instituto estadual e ainda um emprego celetista de professor de universidade estadual.
 - (D) pesquisador científico em autarquia estadual, com outros dois de professor, um em universidade pública federal, outro em escola técnica municipal.
 - (E) enfermeiro, em um hospital estadual, com outro também de enfermeiro, em outro hospital pertencente ao mesmo Estado.
-
56. A Constituição Federal brasileira dispõe sobre a continuidade da atividade jurisdicional, determinando que
- (A) poderá ser interrompida por férias coletivas apenas nos tribunais de segundo grau, que ficam dispensados do plantão judiciário nos dias em que não houver expediente normal.
 - (B) poderá ser interrompida por férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, que ficam dispensados do plantão judiciário nos dias em que não houver expediente normal.
 - (C) será ininterrupta, sendo permitido férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes de plantão permanente.
 - (D) será ininterrupta, sendo vedado férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes de plantão permanente.
 - (E) será ininterrupta, sendo permitido férias coletivas apenas nos tribunais de segundo grau, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes de plantão permanente.
-
57. De acordo com a Constituição Federal brasileira, a regra segundo a qual serão fundamentadas as decisões proferidas por órgãos do Poder Judiciário
- (A) não se aplica às decisões administrativas proferidas pelos Tribunais.
 - (B) se aplica a todas as decisões tomadas pelos órgãos julgadores.
 - (C) não se aplica às decisões tomadas no âmbito dos Juizados Especiais.
 - (D) somente se aplica às decisões que imponham condenação penal.
 - (E) não se aplica às decisões tomadas em processos disciplinares.



58. Ao dispor sobre o Poder Judiciário, a Constituição Federal brasileira prescreve que a União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão juizados especiais providos
- (A) apenas por juízes togados, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, vedada a transação em matéria penal e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau.
 - (B) por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau.
 - (C) apenas por juízes togados, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau.
 - (D) por juízes togados, ou togados e leigos, competentes apenas para a conciliação, mas não para o julgamento e a execução, de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante procedimentos escritos, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau.
 - (E) por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, vedada a transação em matéria penal e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau.

59. Suponha que um promotor público estadual tenha aberto inquérito civil para apurar possível violação a interesses difusos relacionados à proteção do patrimônio público estadual e do meio ambiente. No curso do inquérito civil, o mesmo promotor expediu notificações por meio das quais requisitou informações e documentos relacionados ao objeto do procedimento. Ao final do inquérito civil, concluiu ter havido prática de atos que causaram dano ao patrimônio público e ao meio ambiente, motivo pelo qual propôs ação civil pública contra os responsáveis. À luz da disciplina da Constituição Federal brasileira a respeito das funções institucionais do Ministério Público, o aludido promotor

- I. não poderia ter instaurado inquérito civil para apurar a existência de violação ao patrimônio público estadual, mas apenas para apurar violação ao meio ambiente.
- II. não poderia ter expedido quaisquer notificações para requisitar informações e documentos relacionados ao objeto do inquérito civil, ainda que autorizado por lei complementar, uma vez que essa atribuição é exclusiva do Poder Judiciário, nos termos da Constituição Federal brasileira.
- III. exerceu uma de suas atribuições ao propor ação civil pública contra os responsáveis pelo dano ao patrimônio público e ao meio ambiente.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) I, II e III.
60. A Constituição Federal brasileira assegura aos Defensores Públicos
- (A) o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais, nos termos da lei.
 - (B) o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais, nos termos da lei, e a inamovibilidade.
 - (C) o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais, nos termos da lei, e a autonomia funcional.
 - (D) o exercício de dois cargos públicos de Defensor Público.
 - (E) a inamovibilidade.

**PROVA DE REDAÇÃO**

*O conforto, a higiene, sim... No entanto, um ranchinho de barro e sapé vai muito melhor com a paisagem.
Um ranchinho de barro e sapé parece brotado da terra, faz parte da natureza, não contradiz as árvores e o céu.
E é, também, tão humano ...*

(Mário Quintana, **Caderno H**)

A modernidade trouxe maior qualidade de vida às pessoas, porém há consequências negativas, decorrentes do crescimento desordenado das cidades.

Considerando o que está escrito acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

Os contrastes da urbanização

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	